Sumário

ESTRUTURA INSTITUCIONAL DO ÓRGÃO..... 3
BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS..... 4
DETALHAMENTO DOS CRITÉRIOS CONTÁBEIS ADOTADOS. 5
BALANÇO PATRIMONIAL – BP 8
Balanço Patrimonial – Análise Vertical e Horizontal 11
Notas explicativas ao Balanço Patrimonial 12
Nota 1 – Análise das Variações do Ativo e do Passivo..... 12
Nota 2 – Caixa e Equivalentes de Caixa: 13
Nota 3 – Créditos a Curto Prazo:..... 14
Nota 4 – Estoques: 14
Nota 5 – Dívida Ativa não Tributária:..... 14
Nota 6 – Bens Móveis..... 15
Nota 7 – Depreciação de Bens Móveis 15
Nota 8 – Bens Imóveis..... 15
Nota 9 – Intangíveis 16
Nota 10 – Obrigações de Curto e Longo Prazo 16
Nota 11 – Demais Obrigações a Curto Prazo 16
DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS – DVP..... 17
Notas explicativas às Demonstrações das Variações Patrimoniais 20
Nota 12 – Variações Patrimoniais Aumentativas..... 20
Nota 13 – Variações Patrimoniais Diminutivas 20
Nota 14 – Resultado Patrimonial do Período..... 20
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO..... 22
Notas explicativas ao Balanço Orçamentário 25
Nota 15 – Execução Orçamentária da RECEITA e sua composição..... 25
Nota 16 – Execução Orçamentária da DESPESA e composição das Despesas Correntes e das Despesas de Capital..... 25
Nota 17 – Execução Orçamentária de Restos a Pagar 26
BALANÇO FINANCEIRO – BF..... 28
Notas explicativas ao Balanço Financeiro 30
Nota 20 – Cálculo da Composição dos Itens 30
DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA – DFC 33

Notas explicativas à Demonstração do Fluxo de Caixa 35
Nota 21 - Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais..... 35
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO 37
Conformidade Contábil das Demonstrações Contábeis 37
DECLARAÇÃO DO CONTADOR 38
Restrição 029 – Falta e/ou atraso de remessa do RMA e RMBM..... 38
Restrição 315– Falta ou restrição na conformidade dos registros de gestão..... 38
Restrição 318 – Não atendimento as orientações de órgão contábil ou setorial de contabilidade..... 39
Restrição 603 – Saldo contábil do almoxarifado não confere com RMA. 39
Restrição 640 – Saldo contábil de bens móveis não confere com RMBM. 39
Restrição 642 – Falta ou evolução incompatível da depreciação do ativo imobilizado..... 39
Restrição 696 - Passivo Orçamentário X Execução Orçamentária 39
Restrição 772 - Controle DDR X Controle Orçamentário Liquidado..... 40

ESTRUTURA INSTITUCIONAL DO ÓRGÃO

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás – IFG, instituição criada nos termos da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, é uma Autarquia Federal pertencente à Administração Indireta vinculada ao Ministério da Educação, sendo composta em 2025 por 14 Câmpus e a Reitoria.

A figura a seguir mostra a distribuição geográfica dos Câmpus do IFG no estado de Goiás.



Fonte: https://www.ifg.edu.br/campus

Quadro 1 – Lista das Unidades Gestoras vinculadas - Câmpus do Instituto Federal de Goiás		
CNPJ	***UNIDAE / CÂMPUS***	**UG**
10.870.883/0001-44	***REITORIA***	158153
10.870.883/0002-25	***GOIÂNIA***	158430
10.870.883/0003-06	***JATAÍ***	158431
10.870.883/0004-97	***INHUMAS***	158432
10.870.883/0005-78	***ITUMBIARA***	158433
10.870.883/0006-59	***URUAÇU***	158434
10.870.883/0009-00	***ANÁPOLIS***	158522

10.870.883/0007-30	***FORMOSA***	158523
10.870.883/0008-10	***LUZIÂNIA***	158524
10.870.883/0010-35	***APARECIDA DE GOIÂNIA***	158610
10.870.883/0011-16	***CIDADE DE GOIÁS***	158611
10.870.883/0014-69	***ÁGUAS LINDAS DE GOIÁS***	158640
10.870.883/0013-88	***GOIÂNIA OESTE***	158641
10.870.883/0012-05	***SENADOR CANEDO***	158642
10.870.883/0015-40	***VALPARAÍSO DE GOIÁS***	15864

BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.

As demonstrações foram elaboradas em conformidade com:

- Lei nº 4.320/1964
- Lei Complementar nº 101/2000 (LRF)
- Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP – 11ª edição)
- Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP)
- Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI)
- As informações são apresentadas em reais e seguem o regime misto:
    - Orçamentário: regime de caixa;
    - Patrimonial: regime de competência.

Exceto no tocante a:

- Caixa e Equivalentes de Caixa:
    - Garantias
- Créditos a curto prazo:
    - Adiantamento a fundações de apoio para a execução de projetos de pesquisa, ensino e extensão.
- Dívida ativa não tributária:
    - Até a data de encerramento do exercício, não foi apresentado documento gerencial de controle da dívida ativa não tributária que viabilize o registro dos saldos e ateste, com segurança e fidedignidade.
- Bens móveis e intangível:

- Durante todo o exercício, manteve-se divergente o saldo SIAFI de bens móveis em relação ao correspondente documento de controle gerencial, Relatório de Movimentação de Bens Móveis – RMB e não há registro de laudos de reavaliação dos ativos (bens móveis, imóveis, intangíveis e outros).
- Não há registro de laudo de inventário consolidado que viabilize conciliação das contas desse título e que, paralelamente, ateste com confiabilidade o saldo de bens não localizados e que permita a promoção de descontinuidade dos bens.
- Até a data de encerramento do exercício, não foram corrigidos problemas de cálculo do relatório de depreciação e amortização acumulada, de modo que os registros desses títulos não refletem com confiabilidade a depreciação acumulada de bens móveis e a amortização acumulada de bens intangíveis.

- Conformidade de gestão:
  - Durante todo o exercício, foram apontadas ausências ou restrições no registro de conformidade de gestão em diversas unidades gestoras, de modo que a execução orçamentária, financeira e patrimonial não reflete, na sua totalidade e com confiabilidade, os atos e fatos de gestão.
- Atos potenciais:
  - Até a data de encerramento do exercício, os saldos de contratos celebrados não foram conciliados com documento de controle do sistema gerencial que viabilize, de forma confiável, a conformidade contábil das contas do grupo de controle devedores/credores. De tal forma, os saldos desse grupo não refletem, com fidedignidade, os atos potenciais das obrigações contratuais em execução.

DETALHAMENTO DOS CRITÉRIOS CONTÁBEIS ADOTADOS.

A seguir são apresentados os principais critérios contábeis adotados no âmbito do Instituto Federal de Goiás, bem como nos demais Câmpus (Unidades Gestoras), tendo por base as normas contábeis e os procedimentos constantes no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP – 11ª edição).

Os ativos e passivos são mensurados, em regra, pelo custo histórico, ajustados quando aplicável por depreciação, amortização ou redução ao valor recuperável.

- Caixa e Equivalentes de Caixa:

  - Compreendem disponibilidades financeiras de liquidez imediata, registradas pelo valor nominal.
- Estoques:
  - Compreendem os produtos em almoxarifado (material de consumo), reconhecidos pelo valor de aquisição ou produção/construção. Nas saídas, o método para mensuração e avaliação é o Custo Médio Ponderado.
- Imobilizado
  - O grupo do imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis, reconhecidos pelo custo de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada.
- Intangível
  - Registrado pelo custo de aquisição, sem amortização relevante identificada no período.
- Reconhecimento de Receitas e Despesas
  - Receitas: reconhecidas quando arrecadadas (orçamentárias) ou quando ocorre o fato gerador (patrimonial).
  - Despesas: reconhecidas conforme execução orçamentária e regime de competência patrimonial.
- Provisões:
  - As provisões são obrigações presentes, derivadas de eventos passados, cujos pagamentos se esperam que resultem para a entidade, saídas de recursos capazes de gerar benefícios econômicos ou potencial de serviços, e que possuem prazo ou valor incerto. As provisões estão segregadas em apurações de encargos trabalhistas, férias e 13º salário e referente às ações judiciais. Estas são reconhecidas quando a possibilidade de saída de recursos no futuro é provável e é possível a estimação confiável do seu valor.

As demonstrações contábeis consolidam as informações de todas as Unidades Gestoras vinculadas ao Instituto Federal de Goiás, e foram elaboradas a partir das informações constantes no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), que registram as informações da execução orçamentária, financeira e patrimonial.

O objetivo principal das demonstrações contábeis é fornecer, aos diversos usuários, informações sobre a situação econômico-financeira da entidade, quais sejam: a sua situação patrimonial, o seu desempenho e os seus fluxos de caixa, em determinado período ou exercício financeiro.

As demonstrações contábeis estão relacionadas abaixo, que compõem as Notas Explicativas para o 1º Trimestre de 2026 do Instituto Federal de Goiás:

Demonstrações Contábeis:

Balanço Patrimonial - BP;
Demonstração das Variações Patrimoniais - DVP;
Balanço Orçamentário - BO;
Balanço Financeiro - BF;
Demonstração do Fluxo de Caixa – DFC;
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido * ;
Declaração do Contador.

BALANÇO PATRIMONIAL – BP

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	26429 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE GOIAS - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

EXERCICIO	PERIODO
2026	1º TRIMESTRE (FECHADO)
EMISSAO	**PAGINA**
15/04/2026	1

VALORES EM UNIDADES DE REAL

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2026	2025	ESPECIFICAÇÃO	2026	2025
ATIVO CIRCULANTE	**107.785.056,85**	**115.946.931,97**	**PASSIVO CIRCULANTE**	**299.226.719,55**	**296.990.712,93**
Caixa e Equivalentes de Caixa	**44.412.615,77**	**60.434.481,83**	**Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Curto Prazo**	**123.300.420,20**	**124.028.393,61**
Créditos a Curto Prazo	**61.292.605,45**	**53.480.467,35**	**Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo**	-	-
Créditos de Transferências a Receber	-	-	**Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo**	**3.611.569,41**	**4.492.734,54**
Créditos de Transferências a Receber	-	-	**Obrigações Fiscais a Curto Prazo**	**2.621,39**	**845,78**
Demais Créditos e Valores	61.292.605,45	53.480.467,35	**Transferências Fiscais a Curto Prazo**	-	-
Demais Créditos e Valores	61.292.605,45	53.480.467,35	**Provisões a Curto Prazo**	-	-
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	-	-	**Demais Obrigações a Curto Prazo**	**172.312.108,55**	**168.468.739,00**
Estoques a Curto Prazo	**2.077.648,26**	**2.029.482,91**			
Ativos Não Circulantes Mantidos para Venda	-	-			
VPDs Pagas Antecipadamente a Curto Prazo	**2.187,37**	**2.499,88**			
ATIVO NÃO CIRCULANTE	**805.824.681,50**	**802.117.386,77**	**PASSIVO NÃO CIRCULANTE**	-	-
Ativo Realizável a Longo Prazo	**1.151.223,00**	**1.151.223,00**	**Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Longo Prazo**	-	-
Créditos a Longo Prazo	1.151.223,00	1.151.223,00	**Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo**	-	-
Dívida Ativa Não Tributária	1.150.936,90	1.150.936,90	**Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo**	-	-
Dívida Ativa Não Tributária	1.150.936,90	1.150.936,90	**Obrigações Fiscais a Longo Prazo**	-	-
Demais Créditos e Valores	286,10	286,10	**Transferências Fiscais a Longo Prazo**	-	-
Demais Créditos e Valores	286,10	286,10	**Provisões a Longo Prazo**	-	-
Estoques a Longo Prazo	-	-	**Demais Obrigações a Longo Prazo**	-	-
Investimentos	-	-	**TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL**	**299.226.719,55**	**296.990.712,93**
Participações Permanentes	-	-	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Propriedades para Investimento	-	-	ESPECIFICAÇÃO	2026	2025
Propriedades para Investimento	-	-	**Patrimônio Social e Capital Social**	-	-
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos	-	-	**Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)**	-	-
(-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para Investimentos	-	-	**Reservas de Capital**	-	-
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	-	-	**Ajustes de Avaliação Patrimonial**	-	-
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	-	-	**Reservas de Lucros**	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPPS	-	-	**Demais Reservas**	-	-
Demais Investimentos Permanentes	-	-	**Resultados Acumulados**	**614.383.018,80**	**621.073.605,81**
Demais Investimentos Permanentes	-	-	Resultado do Exercício	-3.933.458,49	-33.308.627,45
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.	-	-	Resultados de Exercícios Anteriores	621.073.605,81	654.989.722,68
Imobilizado	**803.798.021,30**	**800.090.726,57**	Ajustes de Exercícios Anteriores	-2.757.128,52	-607.489,42
Bens Móveis	144.045.878,11	144.843.668,15	**(-) Ações / Cotas em Tesouraria**	-	-
Bens Móveis	144.898.743,93	146.484.464,89	**TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**	**614.383.018,80**	**621.073.605,81**
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-852.865,82	-1.640.796,74			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-	-			
Bens Imóveis	659.752.143,19	655.247.058,42			
Bens Imóveis	661.147.295,66	656.516.209,92			
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-1.395.152,47	-1.269.151,50			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-			

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	26429 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE GOIAS - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

EXERCICIO	PERIODO
2026	1º TRIMESTRE (FECHADO)
EMISSAO	PAGINA
15/04/2026	2

VALORES EM UNIDADES DE REAL

ATIVO			PASSIVO		
			PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
ESPECIFICAÇÃO	2026	2025	ESPECIFICAÇÃO	2026	2025
Intangível	**875.437,20**	**875.437,20**			
Softwares	875.437,20	875.437,20			
Softwares	875.437,20	875.437,20			
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-			
Patrimônio Cultural	-	-			
Patrimônio Cultural	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Patrimônio Cultural	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Patrimônio Cultural	-	-			
Diferido	-	-			
TOTAL DO ATIVO	**913.609.738,35**	**918.064.318,74**	**TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO**	**913.609.738,35**	**918.064.318,74**

QUADRO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2026	2025	ESPECIFICAÇÃO	2026	2025
ATIVO FINANCEIRO	**44.412.615,77**	**60.434.481,83**	**PASSIVO FINANCEIRO**	**594.253.634,15**	**117.526.578,22**
ATIVO PERMANENTE	**869.197.122,58**	**857.629.836,91**	**PASSIVO PERMANENTE**	**232.561.740,86**	**201.870.272,21**
			SALDO PATRIMONIAL	**86.794.363,34**	**598.667.468,31**

QUADRO DE COMPENSAÇÕES

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2026	2025	ESPECIFICAÇÃO	2026	2025
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	**67.466.864,53**	**59.563.959,07**	**SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS**	**93.565.743,28**	**95.586.909,41**
Atos Potenciais Ativos	67.466.864,53	59.563.959,07	Atos Potenciais Passivos	93.565.743,28	95.586.909,41
Garantias e Contragarantias Recebidas	38.623,47	38.623,47	Garantias e Contragarantias Concedidas	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Cong	67.428.241,06	59.525.335,60	Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos C	190.992,44	205.292,44
Direitos Contratuais	-	-	Obrigações Contratuais	93.374.750,84	95.381.616,97
Outros Atos Potenciais Ativos	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos	-	-
TOTAL	**67.466.864,53**	**59.563.959,07**	**TOTAL**	**93.565.743,28**	**95.586.909,41**

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	26429 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE GOIAS - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

EXERCICIO	PERIODO
2026	1º TRIMESTRE (FECHADO)
EMISSAO	**PAGINA**
15/04/2026	3

VALORES EM UNIDADES DE REAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERAVIT/DEFICT FINANCEIRO
Recursos Não Vinculados	**-474.827.088,82**
Recursos Vinculados	**-75.013.929,56**
Educação	-662.312,48
Seguridade Social (Exceto Previdência)	-1.466.975,32
Previdência Social (RPPS)	-74.452.126,30
Dívida Pública	-883.527,50
Fundos, Órgãos e Programas	2.451.012,04
TOTAL	**-549.841.018,38**

Balanço Patrimonial – Análise Vertical e Horizontal

Análise Vertical do Balanço Patrimonial **(%) AV = (Valor do Item / Total do Ativo) x 100**		
Conta	**Valor (R$)**	**(%) AV**
ATIVO – TOTAL	**R$ 913.609.738,35**	**100,00%**
Ativo Circulante	**R$ 107.785.056,85**	**11,80%**
Caixa e Equivalentes	R$ 44.412.615,77	4,86%
Créditos a Curto Prazo	R$ 61.292.605,45	6,71%
Estoques	R$ 2.077.648,26	0,23%
VPD antecipadas	R$ 2.187,37	0,00%
Ativo Não Circulante	**R$ 805.824.681,50**	**88,20%**
Realizável a Longo Prazo	R$ 1.151.223,00	0,13%
Imobilizado	R$ 803.798.021,30	87,98%
Intangível	R$ 875.437,20	0,10%
Conta	**Valor (R$)**	**(%) AV**
PASSIVO + PL - TOTAL	**R$ 913.609.738,35**	**100,00%**
Passivo Circulante	**R$ 299.226.719,55**	**32,75%**
Obrigações Trabalhistas	R$ 123.300.420,20	**13,50%**
Fornecedores	R$ 3.611.569,41	**0,40%**
Obrigações Fiscais	R$ 2.621,39	**0,00%**
Demais Obrigações	R$ 172.312.108,55	**18,86%**
Passivo Não Circulante	**R$ 0,00**	**0,00%**
Patrimônio Líquido	**R$ 614.383.018,80**	**67,25%**

Análise Horizontal do Balanço Patrimonial **(%) AH = [(1º Trimestre 2026 / 1º Trimestre 2025) – 1] x 100**				
Item	**1º Trimestre 2026**	**Encerramento 2025**	**Variação**	**(%) AH**
Ativo Total	R$ 913.609.738,35	R$ 918.064.318,74	-R$ 4.454.580,39	-0,49%
Passivo Total	R$ 299.226.719,55	R$ 296.990.712,93	R$ 2.236.006,62	0,75%
Patrimônio Líquido	R$ 614.383.018,80	R$ 621.073.605,81	-R$ 6.690.587,01	-1,08%
Análise Horizontal Principais Contas do Ativo				
Conta	**1º Trimestre 2026**	**Encerramento 2025**	**Variação**	**(%) AH**
Caixa e Equivalentes	R$ 44.412.615,77	R$ 60.434.481,83	-R$ 16.021.866,06	-26,51%
Créditos a Curto Prazo	R$ 61.292.605,45	R$ 53.480.467,35	R$ 7.812.138,10	14,61%
Estoques	R$ 2.077.648,26	R$ 2.029.482,91	R$ 48.165,35	2,37%
Imobilizado	R$ 803.798.021,30	R$ 800.090.726,57	R$ 3.707.294,73	0,46%
Análise Horizontal Principais Contas do Passivo				
Conta	**1º Trimestre 2026**	**Encerramento 2025**	**Variação**	**(%) AH**
Obrigações Trabalhistas CP	R$ 123.300.420,20	R$ 124.028.393,61	-R$ 727.973,41	-0,59%

Fornecedores	R$ 3.611.569,41	R$ 4.492.734,54	-R$ 881.165,13	-19,61%
Demais Obrigações CP	R$ 172.312.108,55	R$ 168.468.739,00	R$ 3.843.369,55	2,28%

Notas explicativas ao Balanço Patrimonial

O Balanço Patrimonial apresenta a situação patrimonial do IFG ao final do 1º trimestre de 2026, evidenciando seus ativos, passivos e patrimônio líquido.

O ativo representa os recursos controlados pela instituição, divididos em circulante (curto prazo) e não circulante (longo prazo). O passivo corresponde às obrigações, também classificadas em curto e longo prazo. Já o patrimônio líquido reflete a diferença entre ativos e passivos, demonstrando o resultado acumulado da entidade.

Conforme o MCASP, o balanço tem como finalidade evidenciar a situação patrimonial e financeira, avaliar solvência e endividamento, acompanhar a evolução do patrimônio público e subsidiar o controle e a transparência da gestão pública.

Nota 1 – Análise das Variações do Ativo e do Passivo

A presente nota explicativa tem por objetivo evidenciar a composição patrimonial e as principais variações ocorridas no Ativo e no Passivo, com base nas análises vertical (participação percentual das contas no total) e horizontal (evolução em relação ao exercício anterior), conforme demonstrado no Balanço Patrimonial encerrado em 31 de março de 2026, em conformidade com as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público – NBC TSP.

O ativo totalizou R$ 913,6 milhões, com destaque para:

- Imobilizado: R$ 803,8 milhões
- Caixa e equivalentes: R$ 44,4 milhões

O passivo total foi de R$ 299,2 milhões, concentrado em:

- Obrigações de curto prazo (especialmente trabalhistas e outras obrigações)

O patrimônio líquido atingiu R$ 614,4 milhões, apresentando:

- Resultado do exercício negativo: R$ 3,93 milhões

Houve redução do patrimônio líquido em relação ao exercício anterior, influenciada por resultado deficitário e ajustes de exercícios anteriores.

Análise Vertical:

- Elevada concentração no imobilizado (88%), característica de instituições públicas intensivas em infraestrutura.
- Predominância de patrimônio líquido (67,25%), indicando forte estrutura patrimonial própria.

Análise Horizontal:

- Redução relevante do caixa (-26,5%), coerente com a geração líquida negativa de caixa.
- Crescimento dos créditos indica aumento de valores a receber.
- Imobilizado apresentou leve expansão, refletindo investimentos.
- Redução em fornecedores indica liquidação de obrigações.
- Crescimento das demais obrigações evidencia aumento de compromissos de curto prazo.

Nota 2 – Caixa e Equivalentes de Caixa:

O item Caixa e Equivalentes de Caixa compreende o somatório dos valores disponíveis na Conta Única do Tesouro e em outros bancos, bem como equivalentes, que representam recursos com livre movimentação para aplicação nas operações da entidade e para os quais não haja restrições para uso imediato.

Esse subgrupo se subdivide em Limite de Saque com Vinculação de Pagamento, Limite de Saque Com Vinculação de Pagamento - Ordem Pagamento e Garantias.

As Garantias se referem aos depósitos em conta vinculada dos contratos contínuos com dedicação exclusiva de mão de obra pactuados com o IFG, que passaram, em 2024, a serem reconhecidos no ativo e no passivo em decorrência do subitem 9.2 do Acórdão nº 2717/2023 – TCU-Plenário. Contudo, até a data de encerramento do exercício do 1º Trimestre de 2026, os saldos do item Garantias não foram conciliados com os saldos dos extratos bancários das respectivas contas vinculadas. De tal forma, os saldos desse item não refletem, com fidedignidade, os saldos das contas vinculadas dos contratos continuados e com dedicação exclusiva de mão de obra pactuados com o IFG.

OS Recursos Liberados pelo Tesouro e outros Órgãos representam o valor disponível para saque da Conta Única do Tesouro Nacional, estabelecido pelo Órgão Central de Programação Financeira ou arrecadação direta, para atender despesas com vinculação específica de pagamento. Os valores relativos aos Recursos Liberados pelo Tesouro evidenciam o pagamento da folha de pessoal que ocorreu no mês subsequente, repasse de financeiro da Lei Orçamentária Anual – LOA e de

recursos do Programa de Aceleração de Crescimento – PAC e arrecadação de recursos próprios.

Nota 3 – Créditos a Curto Prazo:

Nesta nota explicativa analisamos os itens mais significativos que fazem parte da composição do saldo de Créditos a Curto Prazo. No encerramento do 1º Trimestre de 2026, houve um acréscimo de 14,61% em relação ao do 1º Trimestre de 2025. Sendo justificada esta variação por conta de adiantamento dos valores aplicados nas fundações de apoio para a execução de projetos de pesquisa, ensino e extensão (Adiantamento a Prestadores de Serviços e a Fornecedores),

Nota 4 – Estoques:

O IFG armazena diversos materiais de consumo, gêneros alimentícios, medicamentos e materiais hospitalares, materiais de expediente e materiais em elaboração em Almoxarifado/Material de Consumo. Até o encerramento do 1º Trimestre de 2026 não foi realizado inventário consolidado do IFG para regularização destas contas.

No encerramento do 1º Trimestre de 2026, constatamos que os estoques do IFG sofreram um acréscimo de 2,37% em relação ao encerramento de 2025. O volume de aquisição de Materiais de Consumo manteve-se relativamente estável na comparação dos dois períodos.

Nota 5 – Dívida Ativa não Tributária:

No exercício final de 2025, conforme Comunica SIAFI nº 2025/4209239 - Registro de Créditos a Receber - Dívida da Ativa da União e Outros Créditos, o IFG realizou o registro dos créditos apurados pela Procuradoria Geral Federal (PGF) e Advocacia Geral da União (AGU) apurado no endereço eletrônico: https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiNDljMTdjZjYtNjQwZS00ODU4LWE5N2EtMjM1ZTUyYzBiYWI0IiwidCI6IjRkNzlkMzdhLTFlNGUtNGEzOS05ZmRlLWYxNjMxY2I2MDdkNCJ9, com o estoque da dívida ativa para o IFG no valor de R$ 1.150.936,90 (um milhão, cento e cinquenta mil, novecentos e trinta e seis reais e noventa centavos), sendo este valor relativo ao estoque final referente ao ano de 2024. Neste contesto o IFG, por motivos informacionais e dificuldade na busca dos dados, deixou de registrar o aumento ou a redução do estoque da dívida referente ao ano de 2025 e do 1º Trimestre de 2026.

Nota 6 – Bens Móveis

Os Bens Móveis do IFG no encerramento do 1º Trimestre de 2026 totalizavam, pelo custo de aquisição, R$ 144.045.878,11 (cento e quarenta e quatro milhões, quarenta e cinco mil, oitocentos e setenta e oito reais e onze centavos) com redução de 1,08%.

Ao longo do 1º Trimestre de 2026 podemos observar que os bens móveis sofreram uma redução do seu valor total em decorrência de alienação de veículos inservíveis via leilão, conforme Processo 23372.000033/2026-74.

OBS (1): para os valores contabilizados como bens móveis foram desconsideradas a Depreciação e a Amortização exceto os a conta de veículos patrimoniados na reitoria.

OBS (2): No 1º Trimestre de 2026 foi designada comissão especial para realização inventário consolidado do IFG para regularização destas contas.

Nota 7 – Depreciação de Bens Móveis

Até o encerramento do 1º Trimestre de 2026 o valor de depreciação mensal de todas as contas no Relatório de Bens Móveis, apresentou-se com os valores divergentes no que diz respeito ao controle patrimonial e ao SIAFI. Além disso, em algumas contas contábeis apresentaram outras diferenças que até o encerramento não foram sanadas. Foram abertos chamados para o analista responsável pelo desenvolvimento da solução própria de controle do patrimônio para resolver estas inconsistências, porém continuam pendentes. Em decorrência, os saldos contábeis em 31/12/2025 das contas de depreciação dos bens móveis não refletem adequadamente a real situação patrimonial, e, em virtude dos problemas relatados e da não implantação total do SIADS no IFG, toda a depreciação foi estornada com exceção da depreciação acumulada na conta de veículos da UASG 158153.

Nota 8 – Bens Imóveis

No encerramento do exercício do 1º Trimestre de 2026, em relação ao 1º Trimestre de 2025, os “Bens Imóveis” apresentaram um acréscimo de 0,71%. Destacamos a representatividade na composição dos itens patrimoniais relacionados a Obras, Projetos e Instalações dos sistemas de combate a incêndio do Instituto Federal de Goiás (blocos acadêmicos dos Câmpus Goiânia Oeste e Senador Canedo, dos restaurantes estudantis dos Câmpus Goiânia, Águas Lindas, Anápolis, Formosa, Goiânia Oeste e Inhumas e de reestruturação elétrica).

Na Depreciação Acumulada Bens Imóveis considerando o encerramento do 1º Trimestre de 2026 com relação ao encerramento de 2025 teve um aumento de

9,93%, variando de R$ 1.269.151,50 (um milhão seiscentos e nove mil, cento e cinquenta e um reais e cinquenta centavos) em no encerramento de 2025.

Nota 9 – Intangíveis

No encerramento do 1º Trimestre de 2026, em relação ao encerramento do exercício de 2025, os "Bens Intangíveis" se mantiveram estáveis.

Nota 10 – Obrigações de Curto e Longo Prazo

No encerramento do 1º Trimestre de 2026, o IFG apresentou um saldo de R$ 3.611.569,41 (três milhões, seiscentos e onze, quinhentos e sessenta e nove reais e quarenta e um centavos) relacionados a Fornecedores e Contas a Pagar, sendo a integralidade desse valor de Curto Prazo. Representa um decréscimo de 19,61%, em relação ao encerramento de exercício de 2025.

Em comparação do 1º trimestre de 2026 com o encerramento de 2025, registrou-se uma variação aumentativa de todo o Passivo na ordem de 0,75% sendo o principal responsável por esta variação as demais obrigações a curto prazo nos compromissos assumidos pela própria manutenção das atividades fins do IFG.

Nota 11 – Demais Obrigações a Curto Prazo

No encerramento do 1º trimestre de 2026, o IFG apresentou um saldo de R$ 172.312.108,55 (cento e sessenta e dois milhões, trezentos e doze mil, cento e oito reais e cinquenta e cinco centavos), representando um acréscimo de 2,28% em relação ao encerramento de 2025. Sendo o aumento justificado pelas demais obrigações a curto prazo nos compromissos assumidos pela própria manutenção das atividades fins do IFG e as transferências financeiras a comprovar – TED.

DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS – DVP

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	26429 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE GOIAS - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

EXERCICIO	PERIODO
2026	1º TRIMESTRE (FECHADO)
EMISSAO	**PAGINA**
15/04/2026	1

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS

	2026	2025
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	**200.688.409,03**	**164.105.468,55**
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Impostos	-	-
Taxas	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
Contribuições Sociais	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	**928.554,33**	**29.526,60**
Venda de Mercadorias	-	-
Vendas de Produtos	-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	928.554,33	29.526,60
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	**51,77**	**73,15**
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	51,77	73,15
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	-	-
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Recebidas	**195.285.682,43**	**151.392.208,74**
Transferências Intragovernamentais	193.376.101,50	150.959.737,78
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências das Instituições Privadas	-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	1.909.580,93	432.470,96
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	**4.370.746,53**	**12.607.720,07**
Reavaliação de Ativos	-	-
Ganhos com Alienação	504.129,81	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	30.670,00	567.601,23
Ganhos com Desincorporação de Passivos	3.835.946,72	12.040.118,84
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	**103.373,97**	**75.939,99**
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	26429 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE GOIAS - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

EXERCICIO	PERIODO
2026	1º TRIMESTRE (FECHADO)
EMISSAO	PAGINA
15/04/2026	2

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS

	2026	2025
Subvenções Econômicas	-	-
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	103.373,97	75.939,99
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	**204.621.867,52**	**179.061.092,70**
Pessoal e Encargos	**142.140.952,84**	**122.259.388,45**
Remuneração a Pessoal	114.098.921,40	97.741.352,48
Encargos Patronais	19.997.477,07	17.353.972,19
Benefícios a Pessoal	8.044.554,37	7.164.063,78
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	-	-
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	**20.368.669,91**	**18.040.408,36**
Aposentadorias e Reformas	17.558.947,26	15.517.506,54
Pensões	2.784.513,50	2.477.786,43
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	25.209,15	45.115,39
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	**11.425.581,41**	**11.521.047,58**
Uso de Material de Consumo	339.013,80	494.181,91
Serviços	10.944.462,49	10.925.044,68
Depreciação, Amortização e Exaustão	142.105,12	101.820,99
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	**21.862,42**	**42.516,55**
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	19.807,12	42.516,55
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Concedidos	2.055,30	-
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Concedidas	**12.032.549,05**	**11.650.538,35**
Transferências Intragovernamentais	10.582.474,01	11.340.245,92
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências a Instituições Privadas	19.765,68	5.597,00
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	1.430.309,36	304.695,43
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	**15.613.744,68**	**12.629.437,72**
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	-	-
Perdas com Alienação	69.374,62	-
Perdas Involuntárias	-	-
Incorporação de Passivos	15.544.370,06	12.602.961,72

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	26429 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE GOIAS - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

EXERCICIO	PERIODO
2026	1º TRIMESTRE (FECHADO)
EMISSAO	PAGINA
15/04/2026	3

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS

	2026	2025
Desincorporação de Ativos	-	26.476,00
Tributárias	**48.362,19**	**59.709,04**
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	24.820,62	50.688,43
Contribuições	23.541,57	9.020,61
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	-	-
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	**2.970.145,02**	**2.858.046,65**
Premiações	-	-
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	1.157.100,67	884.195,44
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	1.813.044,35	1.973.851,21
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	**-3.933.458,49**	**-14.955.624,15**

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS

	2026	2025

Notas explicativas às Demonstrações das Variações Patrimoniais

Nota 12 – Variações Patrimoniais Aumentativas

Observou-se aumento de 28,10% em relação ao período anterior, representando a principal fonte de variação positiva das receitas patrimoniais. O crescimento decorre, principalmente, da ampliação dos repasses financeiros recebidos no âmbito intraorçamentário.

Verificou-se crescimento expressivo de 3.044,81%, influenciado por baixa base comparativa no período anterior, não representando, necessariamente, mudança estrutural da receita.

Houve redução de 65,33%, indicando menor ocorrência de eventos de valorização patrimonial ou desincorporação de passivos em relação ao período anterior. Apresentou queda de 68,14%, evidenciando redução de eventos extraordinários relacionados à baixa de obrigações.

Nota 13 – Variações Patrimoniais Diminutivas

Registrou aumento de 16,26%, com destaque para crescimento da remuneração (16,73%) e encargos patronais (15,23%), refletindo reajustes, progressões ou aumento do quadro de pessoal.

Crescimento de 12,91%, especialmente em aposentadorias e pensões, indicando pressão estrutural típica de despesas obrigatórias.

Manteve-se relativamente estável (-0,83%), com redução relevante em material de consumo (-31,40%), parcialmente compensada por leve aumento em serviços.

Apresentaram crescimento moderado de 3,27%, sem alterações estruturais significativas.

Aumento de 23,63%, associado principalmente à incorporação de passivos, indicando maior reconhecimento de obrigações no período.

Apresentaram crescimento de 3,92%, destacando-se aumento em incentivos (30,86%).

Nota 14 – Resultado Patrimonial do Período

O resultado patrimonial do período apresentou déficit de R$ 3,93 milhões, representando melhora significativa em relação ao período anterior (-R$ 14,96 milhões), evidenciando redução do desequilíbrio patrimonial, embora ainda permaneça resultado negativo.

Estrutura altamente dependente de transferências.

Despesas fortemente rígidas (pessoal + previdência).

Melhora do resultado veio mais de:

- aumento de receitas transferidas;
- redução de perdas patrimoniais.

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	26429 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE GOIAS - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

EXERCICIO	PERIODO
2026	1º TRIMESTRE (FECHADO)
EMISSAO	PAGINA
15/04/2026	1

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	**1.102.607,00**	**1.102.607,00**	**924.675,89**	**-177.931,11**
Receita Tributária	-	-	-	-
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Receita de Contribuições	-	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profis.	-	-	-	-
Receita Patrimonial	**40.308,00**	**40.308,00**	**4.650,26**	**-35.657,74**
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	40.308,00	40.308,00	4.650,26	-35.657,74
Valores Mobiliários	-	-	-	-
Delegação de Serviços Públicos	-	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Intangível	-	-	-	-
Cessão de Direitos	-	-	-	-
Demais Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
Receita Agropecuária	-	-	-	-
Receita Industrial	-	-	-	-
Receita de Serviços	**1.019.472,00**	**1.019.472,00**	**919.907,63**	**-99.564,37**
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	1.019.472,00	1.019.472,00	919.907,63	-99.564,37
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	-	-	-	-
Serviços e Atividades Financeiras	-	-	-	-
Outros Serviços	-	-	-	-
Transferências Correntes	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	**42.827,00**	**42.827,00**	**118,00**	**-42.709,00**
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	-	-	-	-
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	42.827,00	42.827,00	118,00	-42.709,00
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	-	-	-	-
Multas e Juros de Mora das Receitas de Capital	-	-	-	-
Demais Receitas Correntes	-	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	**950.200,00**	**950.200,00**
Operações de Crédito	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	**950.200,00**	**950.200,00**
Alienação de Bens Móveis	-	-	950.200,00	950.200,00
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-	-
Amortizações de Empréstimos	-	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-	-

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	26429 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE GOIAS - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

EXERCICIO	PERIODO
2026	1º TRIMESTRE (FECHADO)
EMISSAO	**PAGINA**
15/04/2026	2

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Demais Receitas de Capital	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS RECEITAS	**1.102.607,00**	**1.102.607,00**	**1.874.875,89**	**772.268,89**
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	**1.102.607,00**	**1.102.607,00**	**1.874.875,89**	**772.268,89**
DÉFICIT			**675.661.411,66**	**675.661.411,66**
TOTAL	**1.102.607,00**	**1.102.607,00**	**677.536.287,55**	**676.433.680,55**
CRÉDITOS ADICIONAIS ABERTOS	-	**5.683.435,00**	-	**-5.683.435,00**
Superávit Financeiro	-	-	-	-
Excesso de Arrecadação	-	-	-	-
Créditos Cancelados	-	5.683.435,00	-	-

DESPESA

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	**719.932.826,00**	**724.601.968,00**	**672.296.529,83**	**162.186.238,89**	**106.159.356,14**	**52.305.438,17**
Pessoal e Encargos Sociais	**627.097.326,00**	**628.700.428,00**	**615.244.486,32**	**135.557.742,99**	**84.392.952,35**	**13.455.941,68**
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	**92.835.500,00**	**95.901.540,00**	**57.052.043,51**	**26.628.495,90**	**21.766.403,79**	**38.849.496,49**
DESPESAS DE CAPITAL	**1.685.707,00**	**2.700.000,00**	**5.239.757,72**	**705.281,18**	**695.819,36**	**-2.539.757,72**
Investimentos	**1.685.707,00**	**2.700.000,00**	**5.239.757,72**	**705.281,18**	**695.819,36**	**-2.539.757,72**
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	**721.618.533,00**	**727.301.968,00**	**677.536.287,55**	**162.891.520,07**	**106.855.175,50**	**49.765.680,45**
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	**721.618.533,00**	**727.301.968,00**	**677.536.287,55**	**162.891.520,07**	**106.855.175,50**	**49.765.680,45**

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	26429 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE GOIAS - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

EXERCICIO	PERIODO
2026	1º TRIMESTRE (FECHADO)
EMISSAO	PAGINA
15/04/2026	3

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	DESPESA					
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
TOTAL	721.618.533,00	727.301.968,00	677.536.287,55	162.891.520,07	106.855.175,50	49.765.680,45

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	1.787.974,71	9.159.380,07	4.538.026,54	4.402.931,35	8.764,34	6.535.659,09
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	1.787.974,71	9.159.380,07	4.538.026,54	4.402.931,35	8.764,34	6.535.659,09
DESPESAS DE CAPITAL	2.624.714,01	8.842.070,59	4.607.631,21	4.261.867,50	0,74	7.204.916,36
Investimentos	2.624.714,01	8.842.070,59	4.607.631,21	4.261.867,50	0,74	7.204.916,36
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	4.412.688,72	18.001.450,66	9.145.657,75	8.664.798,85	8.765,08	13.740.575,45

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	3.319.865,83	85.368.251,85	84.734.523,45	4.848,22	3.948.746,01
Pessoal e Encargos Sociais	74.286,48	79.304.602,58	79.166.274,07	-	212.614,99
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	3.245.579,35	6.063.649,27	5.568.249,38	4.848,22	3.736.131,02
DESPESAS DE CAPITAL	509.552,45	1.436.981,53	1.279.836,86	-	666.697,12
Investimentos	509.552,45	1.436.981,53	1.279.836,86	-	666.697,12
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	3.829.418,28	86.805.233,38	86.014.360,31	4.848,22	4.615.443,13

Notas explicativas ao Balanço Orçamentário

O resultado orçamentário é originado a partir da confrontação entre as receitas arrecadadas e as despesas legalmente empenhadas no período, tendo em vista critério estabelecido pelo art. 35 da Lei nº 4.320/1964. No 1° trimestre de 2026 as receitas correntes realizadas foram R$ 924.675,89 (novecentos e vinte e quatro mil, seiscentos e setenta e cinco reais e oitenta e nove centavos), enquanto as despesas correntes empenhadas perfizeram o montante de R$ 672.296.529,83 (seiscentos e setenta e dois milhões, duzentos e noventa e seis mil, quinhentos e vinte e nove reais e oitenta e três centavos).

No mesmo período houve arrecadação de R$ 950.200,00 (novecentos e cinquenta mil e duzentos reais), provenientes da alienação de bens móveis (leilão de veículos inservíveis).

Nota 15 – Execução Orçamentária da RECEITA e sua composição

No 1º trimestre de 2026, em relação às receitas realizadas (arrecadadas), observamos um déficit na arrecadação de R$ 177.931,11 (cento e setenta e sete mil, novecentos e trinta e um reais e onze centavos) representando uma arrecadação 16,14% menor que a Previsão Atualizada da arrecadação.

Nota 16 – Execução Orçamentária da DESPESA e composição das Despesas Correntes e das Despesas de Capital

Execução das Despesas

Como explanado anteriormente, o resultado orçamentário é a diferença entre as receitas arrecadadas e as despesas legalmente empenhadas no período, tendo em vista critério estabelecido pelo art. 35 da Lei nº 4.320/1964.

De acordo com o art. 58 daquela Lei, empenho da despesa é o ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição. O empenho de despesas no período em análise somou a quantia de R$ 672.296.529,83 (seiscentos e setenta e dois milhões, duzentos e noventa e seis mil, quinhentos e vinte e nove reais e oitenta e três centavos).

Nesta fase da execução da despesa pública ainda não é possível afirmar se a despesa foi efetivamente realizada, ou seja, não há condições de assegurar se o bem ou material adquirido foi entregue pelo seu fornecedor ou se o serviço contratado foi efetivamente prestado pelo contratado.

É possível declarar apenas que os recursos consignados na Lei Orçamentária Anual estão reservados, assegurados para a realização de alguma finalidade pública,

tendo como executante determinado fornecedor de bens e serviços demandados pela Administração Pública.

As despesas de Correntes empenhas representam 99,63% do montante empenhado no exercício e as Despesas de Capital representam 0,37%. A despesa empenhada com maior preponderância no universo da referida categoria econômica foi "Pessoal e Encargos Sociais", o qual somou a quantia aproximada de R$ 615.244.486,32 (seiscentos e quinze mil, duzentos e quarenta e quatro mil, quatrocentos e oitenta e seis reais, trinta e dois centavos) o que representou um total de 86,54% das despesas do órgão no 1º trimestre de 2026.

Despesas Correntes

Com relação à análise das despesas correntes, detalhamos o grupo "Outras Despesas Correntes" do total empenhado, o maior volume de gastos se concentrou nos dois primeiros elementos, Outros Serviços Terceiros PJ e Locação de Mão- de-Obra.

Despesas de Capital

Nesta análise destacamos a execução das "Despesas de Capital" empenhadas, que corresponderam a um total de 194,07% da dotação atualizada, conforme demonstrado no Balanço Orçamentário, esta variação provém de forma significativa de créditos orçamentários oriundos de Termos de Execução Descentralizada.

Para detalhar a análise sobre um percentual acima dos 100% executados nas Despesas de Capital, destacamos o orçamento recebido de outros Órgãos, mais especificamente, os Termos de Execução Descentralizada – TEDs.

Nota 17 – Execução Orçamentária de Restos a Pagar

Para elaboração desta nota explicativa, considerou-se os saldos de Restos a Pagar Inscritos e Reinscritos no encerramento do exercício de 2025. Esta posição abrange todas as Unidades Gestoras Executoras vinculadas ao Instituto Federal de Goiás.

No encerramento do 1º trimestre de 202, o saldo de Restos a Pagar Inscritos e Reinscritos de despesas correntes é de R$ 6.535.659,09 (seis milhões, quinhentos e trinta e cinco mil, seiscentos e cinquenta e nove reais e nove centavos) e o saldo das despesas de capital é de R$ 7.204.916,36 (sete milhões, duzentos e quatro mil, novecentos e dezesseis reais e trinta e seis centavos), totalizando R$ 13.740.575,45 (treze milhões, setecentos e quarenta mil, quinhentos e setenta e cinco reais e quarenta e cinco centavos)

No Órgão 26429 – Instituto Federal de Goiás, a Reitoria (UG 158153) possui o maior volume de restos a pagar inscritos em restos a pagar não processados, quando considerado todo o estoque de restos a pagar não processados proveniente de sua unidade orçamentária (UO), uma vez que há despesas centralizadas na nesta UO como alguns contratos de serviços, tais como, manutenção de veículos, sistemas acadêmicos, biblioteca e contratos e obras etc.

BALANÇO FINANCEIRO – BF

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	26429 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE GOIAS - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

EXERCICIO	PERIODO
2026	1º TRIMESTRE (FECHADO)
EMISSAO	PAGINA
15/04/2026	1

VALORES EM UNIDADES DE REAL

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2026	2025	ESPECIFICAÇÃO	2026	2025
Receitas Orçamentárias	**1.874.875,89**	**26.867,85**	**Despesas Orçamentárias**	**677.536.287,55**	**497.239.208,13**
Recursos Não Vinculados	-	-	**Recursos Não Vinculados**	**582.956.540,78**	**428.274.395,52**
Recursos Vinculados	**1.904.736,48**	**26.867,85**	**Recursos Vinculados**	**94.579.746,77**	**68.964.812,61**
Previdência Social (RPPS)	-	-	Educação		198.320,78
Fundos, Órgãos e Programas	1.904.676,48	26.867,85	Previdência Social (RPPS)	94.559.981,09	68.752.842,49
Recursos Não Classificados	60,00		Fundos, Órgãos e Programas	19.765,68	13.649,34
(-) Deduções da Receita Orçamentária	**-29.860,59**	-			
Transferências Financeiras Recebidas	**193.376.101,50**	**150.959.737,78**	**Transferências Financeiras Concedidas**	**10.582.474,01**	**11.340.245,92**
Resultantes da Execução Orçamentária	139.765.267,82	123.994.262,69	Resultantes da Execução Orçamentária	3.255.763,53	4.412.255,15
Repasse Recebido	136.536.391,69	119.602.630,38	Repasse Concedido	26.887,40	20.622,84
Sub-repasse Recebido	3.228.876,13	4.391.632,31	Sub-repasse Concedido	3.228.876,13	4.391.632,31
Independentes da Execução Orçamentária	53.610.833,68	26.965.475,09	Independentes da Execução Orçamentária	7.326.710,48	6.927.990,77
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	21.388.853,85	18.989.446,91	Transferências Concedidas para Pagamento de RP	7.202.137,20	6.785.610,76
Movimentação de Saldos Patrimoniais	32.221.979,83	7.976.028,18	Movimento de Saldos Patrimoniais	124.573,28	142.380,01
Aporte ao RPPS	-	-	Aporte ao RPPS	-	-
Aporte ao RGPS	-	-	Aporte ao RGPS	-	-
Recebimentos Extraorçamentários	**571.976.895,04**	**405.913.505,35**	**Pagamentos Extraorçamentários**	**95.130.976,93**	**68.805.084,44**
Inscrição de Restos a Pagar Processados	56.036.344,57	43.552.385,52	Pagamento de Restos a Pagar Processados	86.014.360,31	55.690.517,98
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados	514.644.767,48	360.805.038,81	Pagamento de Restos a Pagar Não Processados	8.664.798,85	12.200.444,85
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	1.117.779,66	1.320.696,94	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	451.817,77	914.121,61
Outros Recebimentos Extraorçamentários	178.003,33	235.384,08	Outros Pagamentos Extraorçamentários	-	-
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	72.754,45	32.782,70			
Arrecadação de Outra Unidade	105.248,88	78.671,89			
Demais Recebimentos		123.929,49			
Saldo do Exercício Anterior	**60.434.481,83**	**56.164.847,56**	**Saldo para o Exercício Seguinte**	**44.412.615,77**	**35.680.420,05**
Caixa e Equivalentes de Caixa	60.434.481,83	56.164.847,56	Caixa e Equivalentes de Caixa	44.412.615,77	35.680.420,05
TOTAL	**827.662.354,26**	**613.064.958,54**	**TOTAL**	**827.662.354,26**	**613.064.958,54**

Ingressos

Grupo	Valor	%
Recebimentos Extraorçamentários	571,9 mi	69,10%
Transferências Financeiras	193,3 mi	23,40%
Saldo Anterior	60,4 mi	7,30%
Receitas Orçamentárias	1,87 mi	0,20%
	Total: **R$ 827,6 milhões**	

As Receitas Orçamentárias apresentaram crescimento expressivo decorrente da ampliação de receitas vinculadas, especialmente de Fundos e Programas, indicando alteração no padrão de arrecadação.

Nas Transferências Financeiras Recebidas o aumento foi impulsionado pelo maior volume de repasses e o crescimento relevante de movimentações patrimoniais.

Nos Recebimentos Extraorçamentários o crescimento indica aumento de obrigações registradas, especialmente restos a pagar.

Já nos Restos a Pagar Não Processados houve um aumento relevante evidência maior volume de despesas empenhadas não liquidadas.

Nos Depósitos Vinculados, redução indica menor retenção de valores de terceiros ou maior devolução.

Dispêndios

Grupo	Valor	%
Despesas Orçamentárias	677,5 mi	81,90%
Pagamentos Extraorçamentários	95,1 mi	11,50%
Transferências Concedidas	10,6 mi	1,30%
Saldo Final	44,4 mi	5,40%
	Total: **R$ 827,6 milhões**	

Nas Despesas Orçamentárias houve crescimento expressivo, refletindo ampliação da execução orçamentária no período.

Nos Recursos Não Vinculados, aumento alinhado à expansão geral das despesas, indicando maior uso de recursos livres.

Já nos Recursos Vinculados houve elevação proporcional à execução de políticas públicas específicas.

Nas Transferências Concedidas, redução indica menor descentralização financeira para outras unidades.

Nos Pagamentos Extraorçamentários houve crescimento decorrente principalmente da liquidação de restos a pagar processados.

Nos Restos a Pagar Processados, aumento significativo evidencia priorização na quitação de obrigações já reconhecidas.

Já nos Restos a Pagar Não Processados houve redução indica menor volume de pagamentos de despesas ainda não liquidadas.

Nos Depósitos Restituíveis, queda relevante sugere menor devolução de valores de terceiros.

Notas explicativas ao Balanço Financeiro

De acordo com o Artigo 103 da Lei nº 4.320/1964, o Balanço Financeiro – BF evidencia as receitas e as despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte. Os Restos a Pagar do Exercício serão computados na receita extraorçamentária para compensar sua inclusão na despesa orçamentária", pois "pertencem ao exercício financeiro as despesas nele legalmente empenhadas" (Art. 35, II, Lei nº 4.320/1964).

Nota 20 – Cálculo da Composição dos Itens

Ingressos

As receitas orçamentárias compreendem as receitas arrecadadas diretamente pelos órgãos, decorrentes do seu esforço institucional. Incluem prestação de serviços, inscrições em cursos e concursos, cessão de espaço físico etc. No IFG elas correspondem a 0,2% do total de ingressos, o que demonstra a sua grande dependência das transferências financeiras recebidas do Ministério da Educação, em razão de sua natureza jurídica de autarquia federal.

Em comparação ao 1º trimestre de 2025, as receitas orçamentárias apresentaram um acréscimo de 6.878%, sendo um crescimento atípico, decorrente basicamente da devolução de recursos de Termos de Execução Descentralizadas (TED's) executados por fundações não utilizado que foram devolvidos e posteriormente foram ou serão devolvidos aos repassadores.

As transferências financeiras recebidas, que totalizam R$ 193.376.101,50 (cento e noventa e três milhões, trezentos e setenta e seis mil, cento e um reais e cinquenta centavos) e representam as transferências intragovernamentais repassadas para o IFG pelo Ministério da Educação e outros órgãos, decorrentes da LOA, emendas parlamentares e termos de execução descentralizada (TEDs).

As transferências financeiras recebidas são compostas por valores resultantes da execução orçamentária, R$ 139.765.267,82 (cento e trinta e nove milhões, setecentos e sessenta e cinco mil, duzentos e sessenta e sete reais e oitenta e dois centavos), os quais são destinados aos pagamentos de despesas empenhadas no exercício e representam as disponibilidades financeiras recebidas como contrapartida dos créditos orçamentários reconhecidos em balanço orçamentário. Também compõem as transferências financeiras recebidas os valores recebidos independentes da execução orçamentária, R$ 53.610.833,68 (cinquenta e três milhões, seiscentos e dez mil, oitocentos e trinta e três reais e sessenta e oito centavos), que são destinados aos pagamentos de restos a pagar e movimentação de saldos patrimoniais.

Os recebimentos extraorçamentários, cujo valor atingiu R$ 571.976.895,04 (quinhentos e setenta e um milhões, novecentos e setenta e seis mil, oitocentos e noventa e cinco reais e quatro centavos). Cabe destacar que tais recebimentos não representam necessariamente aportes financeiros em espécie na composição das disponibilidades do órgão, pois os principais elementos de formação deste grupo decorrem de inscrição de restos a pagar processados e inscrição de restos a pagar não processados, que correspondem, respectivamente, aos empenhos liquidados a pagar e aos empenhos a liquidar do exercício anterior.

Portanto, refletem o reconhecimento de ingressos apenas para fins de equilíbrio do balanço financeiro com os dispêndios realizados, já que as fases de empenho e liquidação das despesas antecedem os recebimentos dos recursos para seus pagamentos.

Dispêndios

Os dispêndios financeiros são constituídos, essencialmente, pelas despesas orçamentárias. Há de se destacar o montante desembolsado referente às Despesas Orçamentárias, que representam 81,9% do total do período e um acréscimo de 36,1%, em comparação ao mesmo período do ano passado. Tais valores incluem os desembolsos financeiros para quitar despesas de pessoal, despesas de custeio e investimentos.

As transferências financeiras concedidas representam 1,3% dos dispêndios e majoritariamente são destinadas às liberações de recursos financeiros realizadas pela Reitoria para os campi executores cumprirem seus compromissos financeiros, tanto referentes ao orçamento do exercício quanto referentes aos restos a pagar. Esse subgrupo evita a dupla contagem, já que corresponde às parcelas dos Sub-repasses Recebidos que são distribuídas para as unidades do mesmo órgão.

Nos Recebimentos e Pagamentos Extraorçamentários o saldo de crédito empenhado a liquidar do exercício, em atendimento ao Art. 103 da Lei nº 4.320/1964, que dispõe que "os restos a pagar do exercício serão computados na receita extraorçamentária para compensar sua inclusão na despesa orçamentária", pois "pertencem ao exercício financeiro as despesas nele legalmente empenhadas", nos termos do Art. 35, II, da Lei nº 4.320/1964.

Os pagamentos extraorçamentários representam 11, 5% do total dos pagamentos financeiros e compreendem as devoluções de recursos referentes a cauções e, principalmente, o pagamento dos Restos a Pagar de exercícios anteriores.

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA – DFC

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	26429 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE GOIAS - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

EXERCICIO	PERIODO
2026	1º TRIMESTRE (FECHADO)
EMISSAO	PAGINA
15/04/2026	1

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2026	2025
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	**-10.734.542,34**	**-10.816.375,81**
INGRESSOS OPERACIONAIS	**195.523.805,93**	**152.509.903,95**
Receita Tributária	-	-
Receita de Contribuições	-	-
Receita Patrimonial	**4.650,26**	**11.413,35**
Receita Agropecuária	-	-
Receita Industrial	-	-
Receita de Serviços	**919.907,63**	**14.971,87**
Remuneração das Disponibilidades	-	-
Outras Receitas Derivadas e Originárias	**118,00**	**482,63**
Transferências Recebidas	-	-
Intergovernamentais Recebidas	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais Recebidas	-	-
Outras Transferências Recebidas	-	-
Outros Ingressos Operacionais	**194.599.130,04**	**152.483.036,10**
Ingressos Extraorçamentários	1.117.779,66	1.320.696,94
Transferências Financeiras Recebidas	193.376.101,50	150.959.737,78
Arrecadação de Outra Unidade	105.248,88	78.671,89
Demais Recebimentos		123.929,49
DESEMBOLSOS OPERACIONAIS	**-206.258.348,27**	**-163.326.279,76**
Pessoal e Demais Despesas	**-175.813.403,32**	**-139.686.448,24**
Legislativo	-	-
Judiciário	-	-
Essencial à Justiça	-	-
Administração	-	-
Defesa Nacional	-714,98	-
Segurança Pública	-	-637.212,00
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-	-
Previdência Social	-20.116.614,40	-17.828.795,61
Saúde	-	-
Trabalho	-	-
Educação	-147.123.256,29	-120.480.625,69
Cultura	-216.540,00	-
Direitos da Cidadania	-8.429.032,10	-12.897,52
Urbanismo	-	-
Habitação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-	-
Ciência e Tecnologia	-	-
Agricultura	-	-759.700,12
Organização Agrária	-	-

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	26429 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE GOIAS - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

EXERCICIO	PERIODO
2026	1º TRIMESTRE (FECHADO)
EMISSAO	**PAGINA**
15/04/2026	2

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2026	2025
Indústria	-	-
Comércio e Serviços	-	-
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-	-
Desporto e Lazer	-	-
Encargos Especiais	-	-
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	72.754,45	32.782,70
Juros e Encargos da Dívida	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
Transferências Concedidas	**-19.410.653,17**	**-11.385.463,99**
Intergovernamentais Concedidas	-	-
A Estados e/ou Distrito Federal	-	-
A Municípios	-	-
Intragovernamentais Concedidas	-19.390.887,49	-11.379.866,99
Outras Transferências Concedidas	-19.765,68	-5.597,00
Outros Desembolsos Operacionais	**-11.034.291,78**	**-12.254.367,53**
Dispêndios Extraorçamentários	-451.817,77	-914.121,61
Transferências Financeiras Concedidas	-10.582.474,01	-11.340.245,92
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	**-5.287.323,72**	**-9.668.051,70**
INGRESSOS DE INVESTIMENTO	**950.200,00**	-
Alienação de Bens	**950.200,00**	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-
DESEMBOLSOS DE INVESTIMENTO	**-6.237.523,72**	**-9.668.051,70**
Aquisição de Ativo Não Circulante	**-6.225.722,22**	**-9.630.989,91**
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-
Outros Desembolsos de Investimentos	**-11.801,50**	**-37.061,79**
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
INGRESSOS DE FINANCIAMENTO	-	-
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Dependentes	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
DESEMBOLSOS DE FINANCIAMENTO	-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	**-16.021.866,06**	**-20.484.427,51**
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	**60.434.481,83**	**56.164.847,56**
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	**44.412.615,77**	**35.680.420,05**

Notas explicativas à Demonstração do Fluxo de Caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) apresenta as entradas e saídas de caixa e as classificam em fluxos operacionais, de investimentos e de financiamentos. A DFC busca demonstrar como a entidade do setor público obteve recursos para financiar suas atividades e a maneira como esses recursos de caixa foram utilizados para alcançar sua finalidade pública, oferecendo, com isso, suporte de informações para prestação de contas e responsabilização e tomada de decisão dos gestores públicos.

A abrangência de análise da DFC no IFG deve considerar sua natureza jurídica, ou seja, uma autarquia federal multicampi e descentralizada, voltada à oferta gratuita de educação superior, básica, profissional e tecnológica. A gratuidade do ensino enseja a dependência da instituição dos aportes financeiros repassados por seu órgão superior, ou seja, o Ministério da Educação (MEC), a quem está tecnicamente vinculado.

No encerramento do 1º trimestre de 2026, o caixa final registrou uma variação positiva, em relação ao mesmo período de 2025, de 24,47%, demonstrando que o caixa final cresceu, indicando melhora da posição de liquidez ao encerramento do trimestre.

Nota 21 - Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais

Ingressos

O montante dos fluxos de caixa líquidos decorrentes das atividades operacionais é um importante indicador da extensão na qual as operações da entidade são financiadas. A tabela a seguir detalha os ingressos de caixa no exercício de 2025 comparativamente ao mesmo período anterior.

Conta	2026	2025	Variação Horizontal %	Variação Vertical %
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais	**-R$ 10.734.542,34**	**-R$ 10.816.375,81**	**0,76%**	
Ingressos Operacionais	**R$ 195.523.805,93**	**R$ 152.509.903,95**	**28,20%**	**100,00%**
Receita Patrimonial	R$ 4.650,26	R$ 11.413,35	-59,26%	0,01%
Receita de Serviços	R$ 919.907,63	R$ 14.971,87	6044,24%	0,01%
Outras Receitas Derivadas e Originárias	R$ 118,00	R$ 482,63	-75,55%	0,00%
Outros Ingressos Operacionais	R$ 194.599.130,04	R$ 152.483.036,10	27,62%	99,98%
Ingressos Extraorçamentários	**R$ 1.117.779,66**	**R$ 1.320.696,94**	**-15,36%**	**0,87%**
Transferências Financeiras Recebidas	R$ 193.376.101,50	R$ 150.959.737,78	28,10%	98,98%
Arrecadação de Outra Unidade	R$ 105.248,88	R$ 78.671,89	33,78%	0,05%
Demais Recebimentos	R$ 0,00	R$ 123.929,49	-100,00%	0,08%

Comparativamente ao mesmo período do exercício anterior, os ingressos apresentaram evolução horizontal positiva de 0,76%, com lastro no aumento de 28,2% em Outros Ingressos Operacionais. As receitas próprias arrecadadas tiveram um expressivo aumento, variando o volume arrecadado conforme o tipo de arrecadação realizada, com destaque para a Receita de Serviços, com redução de 6044,24% contudo vale ressaltar que esta receita se trata de devoluções de saldo não utilizados em TED's que foram devolvidas de forma equivocada pela instituição gestora e posteriormente ao fechamento do 1º trimestre foram reclassificadas.

As transferências financeiras recebidas representaram 98,98% do total dos ingressos e são decorrentes de repasses financeiros realizados diretamente do Ministério da Educação (Órgão Superior), evidenciando, desta forma, o grau de dependência da autarquia dos aportes financeiros do governo central para consecução de suas atividades finalísticas.

Desembolsos

Conta	2026	2025	Variação Horizontal %	Variação Vertical %
Desembolsos Operacionais	**-R$ 206.258.348,27**	**-R$ 163.326.279,76**	**-26,29%**	
Pessoal e Demais Despesas	**-R$ 175.813.403,32**	**-R$ 139.686.448,24**	-25,86%	-85,24%
Defesa Nacional	**-R$ 714,98**			-0,00%
Segurança Pública		**-R$ 637.212,00**	100,00%	-
Previdência Social	**-R$ 20.116.614,40**	**-R$ 17.828.795,61**	-12,83%	-11,44%
Educação	**-R$ 147.123.256,29**	**-R$ 120.480.625,69**	-22,11%	-83,68%
Cultura	**-R$ 216.540,00**			-0,12%
Direitos da Cidadania	**-R$ 8.429.032,10**	**-R$ 12.897,52**	-65253,90%	-4,79%
Agricultura		**-R$ 759.700,12**	100,00%	-
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	**R$ 72.754,45**	**R$ 32.782,70**	121,93%	0,04%
Transferências Concedidas	**-R$ 19.410.653,17**	**-R$ 11.385.463,99**	-70,49%	-9,41%
Intragovernamentais Concedidas	**-R$ 19.390.887,49**	**-R$ 11.379.866,99**	-70,40%	-99,90%
Outras Transferências Concedidas	**-R$ 19.765,68**	**-R$ 5.597,00**	-253,15%	-0,10%
Outros Desembolsos Operacionais	**-R$ 11.034.291,78**	**-R$ 12.254.367,53**	9,96%	-5,35%
Dispêndios Extraorçamentários	**-R$ 451.817,77**	**-R$ 914.121,61**	50,57%	-4,09%
Transferências Financeiras Concedidas	**-R$ 10.582.474,01**	**-R$ 11.340.245,92**	6,68%	-95,91%

Quanto aos desembolsos, no encerramento do 1º trimestre de 2026, os gastos vinculados à Pessoal e Demais Despesas representaram 85,24% do total dos desembolsos. Tais desembolsos compreendem, principalmente, gastos vinculados à folha de pagamento do órgão, cuja ação do gestor sobre eles encontram limites em razão das imposições legais.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Até o momento do fechamento desta Nota Explicativa não havia sido atualizado o saldo de 2026.

Conformidade Contábil das Demonstrações Contábeis

A conformidade contábil dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial consiste na certificação de que as demonstrações contábeis geradas pelo Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi) estão de acordo com a Lei nº 4.320/1964, com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e com os procedimentos descritos na Macrofunção 020315 do Manual Siafi, além de permitir a sinalização de situações que possam causar distorções relevantes nos valores evidenciados. O processo de conformidade contábil está estruturado da seguinte forma: I. Setorial Contábil de Unidade Gestora – responsáveis pelo acompanhamento da execução contábil de um determinado número de unidades gestoras executoras; II. Setorial Contábil de Órgão – responsável pelo acompanhamento da execução contábil de determinado órgão, compreendendo as unidades gestoras a este pertencentes; III. Setorial Contábil de Órgão Superior – unidade de gestão interna dos Ministérios e órgãos equivalentes, responsáveis pelo acompanhamento contábil dos órgãos e entidades vinculados; e IV. Secretaria do Tesouro Nacional – órgão central do Sistema de Contabilidade Federal, responsável pela conformidade do Balanço Geral da União. Os gestores e os profissionais de contabilidade são conjuntamente responsáveis pela conformidade das demonstrações contábeis: os gestores, por praticarem os atos e fatos que promovem impacto nessas demonstrações; e os profissionais de contabilidade, por analisarem as informações e proporem as soluções para correção de eventuais inconsistências contábeis. Além dos processos de conformidade contábil realizados mensalmente, ao final do exercício, as Setoriais Contábeis de Órgão Superior encaminham para a STN/MF a Declaração do Contador. Nessa declaração, o contador responsável de cada órgão evidenciará se os demonstrativos contábeis encerrados no exercício e constantes do Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e das Mutações do Patrimônio Líquido) estão, em aspectos relevantes, de acordo com a Lei nº 4.320/1964, o MCASP e o Manual Siafi. Os órgãos superiores devem envidar esforços para a correção das distorções contábeis durante o exercício que ensejem no registro de restrições contábeis, na conformidade mensal. Havendo a permanência de distorções contábeis ao final do exercício, deverão ser devidamente evidenciadas por meio da Declaração do Contador, com a finalidade de esclarecer os impactos das distorções

para o entendimento das demonstrações contábeis e as soluções tomadas de forma subsequente ao encerramento.

DECLARAÇÃO DO CONTADOR

Nos termos dos incisos II e III do art. 8º, e seu § 4º, e o art. 9º, todos da Instrução Normativa TCU nº 84, de 22 de abril de 2020, da Marcrofunção 020318. ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO (2025), em atendimento em atendimento ao Ofício Circular No 71/2025/GAB/SPO/SPO-MEC, consta a **Declaração do Contador com Ressalva do Órgão 26429 – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás**, conforme segue:

De acordo com análise realizada nos demonstrativos, balancetes e auditores contábeis (CONDESAUD), declaro que os demonstrativos contábeis extraídos do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro, Patrimonial, Demonstrações das Variações Patrimoniais e do Fluxo de Caixa), regidos pela Lei n.º 4.320/1964 e pela NBC TSP – Estrutura Conceitual, bem como o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público 11ª Edição (2024) válido a partir de 2025, da STN, a Macro função 020315 – Conformidade Contábil, sendo estes demonstrativos relativos ao exercício de 2025 do Órgão 26429 – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás, nesta forma os mesmo refletem adequadamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial, EXCETO no tocante:

Restrição 029 – Falta e/ou atraso de remessa do RMA e RMBM.

O Órgão chegou ao final do exercício com atraso na remessa consolidada do Relatório de Movimentação de Bens Móveis. Providências administrativas relatadas: Processo de migração e integração com o SIADS em desenvolvimento. O apontamento de falta e/ou atraso de remessa dos relatórios de bens móveis e almoxarifado é recorrente no órgão.

Restrição 315– Falta ou restrição na conformidade dos registros de gestão.

Diversos apontamentos de falta ou restrição na conformidade dos registros de gestão foram registrados no encerramento do exercício e nos antecedentes. Providências administrativas relatadas: Em andamento processo de capacitação e revisão das atividades laborativas estão em pauta. Outras unidades não apresentaram providências a serem adotadas. O apontamento de falta ou restrição na conformidade dos registros de gestão foi recorrente no órgão, mas após orientações neste trimestre vem apresentando evolução para melhor aplicação.

Restrição 318 – Não atendimento as orientações de órgão contábil ou setorial de contabilidade.

A restrição 318 foi registrada ao longo dos meses do exercício considerando que o órgão não realizou a implantação do SIADS (não atendimento ao of. Nº 38/2022 – MEC/SPO). Após a prorrogação do prazo para a implantação o registro da restrição não foi utilizado. Providências administrativas relatadas: A implantação do SIADS está em andamento no órgão.

Restrição 603 – Saldo contábil do almoxarifado não confere com RMA.

O Órgão registrou saldos divergentes do Relatório de Movimentação de Almoxarifado, fato que tem se repetido em todos os exercícios. Providências administrativas relatadas: Parcialmente, as providências relatadas é o compromisso da administração em fazer um inventário especial para apurar e corrigir eventuais inconsistências de cunho físico x financeiro. O apontamento de saldo divergente do Relatório de Movimentação de Almoxarifado é recorrente no órgão.

Restrição 640 – Saldo contábil de bens móveis não confere com RMBM.

O Órgão registra saldo divergente do Relatório de Movimentação de Bens Móveis, fato que tem se repetido em todos os exercícios. Providências administrativas relatadas: Parcialmente, as providências relatadas é o compromisso da administração em fazer um inventário especial para apurar e corrigir eventuais inconsistências de cunho físico x financeiro através de comissão própria de servidores ou por meio da contratação de empresa especializada. Outras unidades não apresentaram providências a serem adotadas. O apontamento de saldo divergente do Relatório de Movimentação de Bens Móveis foi recorrente no órgão.

Restrição 642 – Falta ou evolução incompatível da depreciação do ativo imobilizado.

O Órgão registra evolução incompatível com o cálculo da depreciação do ativo imobilizado. A depreciação de bens móveis foi integralmente estornada durante o exercício de 2023 devido as inúmeras inconsistências nos dados apresentados pelo sistema de patrimônio. Providências administrativas relatadas: Aguardando conclusão dos trabalhos da comissão de inventário especial para implantação do SIADS. O apontamento de evolução incompatível com o cálculo da depreciação do ativo imobilizado foi recorrente no órgão.

Restrição 696 - Passivo Orçamentário X Execução Orçamentária

A restrição 696 decorre de divergência temporária entre os registros do Passivo Orçamentário e a Execução Orçamentária da Despesa, identificada durante os procedimentos de fechamento contábil. A inconsistência foi ocasionada por

registros pendentes de regularização relativos a restos a pagar e baixas de obrigações, não refletidos integralmente no passivo financeiro.

Foram iniciados procedimentos de conciliação entre empenhos, liquidações, pagamentos e inscrições em restos a pagar, visando ao saneamento das inconsistências identificadas, em conformidade com a Lei nº 4.320/1964 e o MCASP.

Restrição 772 - Controle DDR X Controle Orçamentário Liquidado

A restrição 772 decorre de divergência identificada entre os registros de Controle de Disponibilidade por Destinação de Recursos e os valores da despesa liquidada na execução orçamentária. A inconsistência foi ocasionada por divergências na vinculação de fontes de recursos durante registros de execução da despesa, as quais não foram refletidas integralmente nas contas de controle correspondentes.

Foram iniciados procedimentos de conciliação entre os registros orçamentários e os controles de destinação de recursos, com vistas à regularização dos saldos, em conformidade com o MCASP e a Lei nº 4.320/1964.

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Goiânia, 29 de abril de 2026.

(assinado eletronicamente)
Tomil Pereira Kikumori
Contador Responsável
CRC-GO 022142/O